

A DIMENSÃO ESPACIAL DAS LUTAS SOCIAIS:

A Experiência do Movimento dos Sem-Teto

Tatiana Tramontani Ramos*

Resumo: o presente artigo analisa a espacialidade dos movimentos sociais, sublinhando a relevância do espaço na compreensão das práticas sociais e criticando sua ausência na literatura que aborda o tema. A experiência dos sem-teto nos permite entender a indissociabilidade existente entre o espaço e a dinâmica dos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais, espaço social, movimentos urbanos.

THE SPATIAL DIMENSION OF SOCIAL STRUGGLES: THE “HOMELESS” MOVEMENT EXPERIENCE’S

Abstract: the present article analyzes the spatiality of social movements, bring out the relevance of space for understanding the social practices and criticizing his absence on literature about to tema. The “homeless” experience’s we can understand the inseparability between space and the dynamic of social movements.

Key-words: social movements; social space; urban movements.

LA DIMENSION SPATIALE DES LUTTES SOCIALES: L’ÉXPÉRIENCE DU MOUVEMENT DES SANS-TOIT

Résumé: cet article analyse la spatialité des mouvements sociaux, en soulignant la relevance de l’espace dans la compréhension des pratiques sociales et en critiquant son absence dans la littérature dédiée à la question. L’expérience des sans-toit nous permet d’entendre l’indissociabilité entre l’espace et la dynamique des mouvements sociaux.

Mots-Clés: mouvements sociaux; espace social; mouvements urbains.

* Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2003), Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005) e Doutora em Geografia (2012) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD/UFRJ), sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza. Professora Adjunta do Departamento de Geografia da UFF – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes. Endereço eletrônico: tatiana_tramontani@yahoo.com.

1. O espaço social: categoria fundamental para a análise das sociedades e dos movimentos sociais

Nós geógrafos nos preocupamos, fundamentalmente, com o conceito de espaço geográfico, isto é, aquele que remete à sua relação com a ação humana. Se a ação humana é algo capaz de transformar, apropriar-se, controlar, marcar, definir, delimitar; o espaço é algo que condiciona, influencia e pode até determinar tais ações, seja no plano tático, estratégico ou simbólico.

A revalorização do espaço como uma categoria fundamental para a análise das sociedades vai ocorrer com uma significativa contribuição por parte da Filosofia nas décadas de 1960 e 70, a partir das obras de autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e, especialmente, Henri Lefebvre. Lefebvre, entre outros autores, foi aquele que se dedicou de forma mais sistemática e consistente ao espaço, talvez por isso tenha recebido um destaque muito maior dentro da Geografia visto que sua contribuição vai revolucionar a ideia da produção (social) do espaço e a (re)produção da sociedade.

Muito já foi dito da importância de Lefebvre para re-inserir o espaço no debate teórico e político da teoria social crítica.³² *“Ele [Lefebvre] se tornou o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica”* (SOJA, 1993:62).

Segundo autores explicitamente influenciados por este autor (HARVEY, 1999; SOJA, 1993; SANTOS, 2002), a grande contribuição de Lefebvre está em chamar a atenção para a produção social do espaço, sem o qual não é possível a reprodução das relações de produção na sociedade. Em outras palavras, a produção do espaço é a produção da própria sociedade.³³

Ao analisar a complexidade das mudanças sociais, Harvey (1999: 201), afirma que

³² No caso brasileiro, devemos salientar a “escola lefebvreana” que se formou na Universidade de São Paulo.

³³ Esta formulação vai ser desdobrada de diversas formas, desde o estruturalismo até perspectivas mais ricas como a dialética sócio-espacial, por exemplo.

[a] história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como seus usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais.

A partir daí, o autor inspira-se em Lefebvre para criar um quadro explicativo das práticas espaciais que são peças-chave nas formulações de Lefebvre, pois *“referem-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social”* (HARVEY, 1999).

Para Lefebvre, o processo de produção e reprodução do capitalismo só pode ser plenamente analisado e compreendido considerando-se a produção do espaço por este modo de produção. Ou seja, é necessário que o capitalismo seja capaz de garantir a reprodução dos meios de produção, das relações de produção e do cotidiano através da produção de espaços e de práticas espaciais. Devemos ressaltar que este autor entende as relações sociais de produção como algo mais amplo e complexo que a produção no seu sentido econômico. A produção é um processo amplo que diz respeito à produção e reprodução da própria sociedade nas suas multiplicidades, seja a economia, a política, a cultura, os discursos, etc. Em outras palavras, a produção a que Lefebvre se refere não é somente a de mercadorias, produtos e serviços – é esta também -, mas engloba as significações, os valores, as normas, as regras que vão regular e controlar a vida social.

Além de marcar uma ruptura em relação ao estruturalismo e ao economicismo, esta ideia de produção e reprodução para além da economia, estendendo-se a toda a sociedade é uma forma de romper com a ideia de que o espaço seria apenas um produto ou palco das ações sociais. E ao superar esta ideia de espaço e considerar o amplo processo de reprodução das relações de produção, o espaço torna-se uma categoria fundamental para se compreender a dinâmica da sociedade capitalista.

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de

produção. (...) [É] preciso tomar como referência a reprodução das relações de produção, e não a produção no sentido restrito dos economistas, isto é, o processo da produção das coisas e de seu consumo. Portanto, o espaço da produção, esse sentido amplo implicaria e conteria em si a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista. O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas, aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e pelos urbanistas. Seria uma relação e um suporte de inerências na dissociação, de inclusão na separação. Seria, portanto, um espaço ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado, que se deveria reencontrar nas cidades novas, na pintura, na escultura e na arquitetura, e também no saber. (LEFEBVRE, 2008[1972]: 48)

Lefebvre é provavelmente a mais importante exceção ao marxismo cientificista ortodoxo que desprezava a dimensão espacial, por rejeitar o economicismo, por abrir-se à cultura e ao humanismo e por ver no espaço algo mais que um mero reflexo/palco das lutas sociais (SOUZA, 1988).

A “guinada espacial” verificada na segunda metade do século XX a partir de contribuições substanciais como a de Henri Lefebvre vai levar a um processo de transformação teórica, metodológica e política dentro da Geografia. Essa transformação vai consistir, entre outras coisas, em uma renovação crítica própria da incorporação de novas questões, como a valorização da dimensão espacial do poder – CLAVAL (1989 [1978]), LACOSTE (1997 [1978]), SACK (1986), RAFESTIN (1993 [1980]) – e a reafirmação da importância da espacialidade na constituição da dinâmica social concreta – QUAINI (1979 [1974]), HARVEY (1999 [1989]), SOJA (1993 [1989]), SANTOS (2002b [1978]), CORRÊA (2000).

Contudo, Gomes (1996) mostra que, longe de contribuir para uma unidade programática da disciplina, esse processo de renovação crítica fez surgir diversas correntes como a Geografia Marxista, Humanista e Cultural. Essa diversidade de correntes não só não evitou uma hegemonia do pensamento marxista estruturalista e economicista, derivada de uma apropriação empobrecedora da obra de Henri Lefebvre, como também acabou por privilegiar a dimensão histórico-temporal em detrimento da espacialidade.

A contribuição de Michel Foucault pode ser identificada na reflexão que o autor vai fazer sobre as relações de poder e as implicações espaciais dessas relações, ainda que essa contribuição prime por uma abordagem que reverencia muito mais a História do

que a Geografia. Verdadeiramente, o ponto central das reflexões de Foucault é o poder – desde as grandes estruturas de poder, como o poder estatal, até a sua microfísica, como ele se exerce no cotidiano, sobre os corpos e na subjetividade das pessoas. A partir da sua análise do poder e da microfísica do poder, Foucault descobre na produção e na organização dos espaços disciplinares, os mecanismos através dos quais o poder se exerce na sociedade moderna, a partir da sua circulação e da sua introjeção nas subjetividades. Reflexões como essas trazem o espaço para dentro de um novo debate teórico e, principalmente, de um debate político, pois nos levam a construir a crítica e refletir sobre as relações sociais hegemônicas e contra-hegemônicas a partir de outros referenciais.

Foucault enxerga na análise espacial (ainda que através de uma história dos espaços) uma nova forma de se pensar e agir teórica e politicamente, através da compreensão do espaço como uma forma relacional, e logo não concebe o espaço como algo vazio e sem vida a ser preenchido pela sociedade.

A contribuição de Deleuze e Guattari para uma teoria do espaço (social) só recentemente tem sido (re)conhecida por alguns geógrafos estrangeiros (MASSEY, 2008[2005]) e brasileiros (HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2006). Este desconhecimento dentro da Geografia é de preocupar, pois estes dois autores realizaram importantes reflexões sobre seu conceito de desterritorialização e, conseqüentemente, sobre o processo de reterritorialização. É certo que nem todas essas reflexões têm um sentido propriamente espacial ou que se possa remeter ao espaço também como forma material, mas ainda assim, de grande importância teórica para a Geografia.

Uma das razões para tal negligência talvez seja a postura assumidamente crítica dos autores em relação ao marxismo visto que, esses autores reconhecem a importância política e teórica do legado de Karl Marx, todavia, não o exime de críticas.

A questão central para Deleuze e Guattari é pensar uma política da imanência entre sociedade e território, ou seja, formas de relações sociais que não se restrinjam a formas de organização da sociedade no espaço, por meio de aparelhos transcendentais como o Estado, Deus, o Partido, a Ciência ou o Capital. Mas que se organizem por meio de processos imanentes à própria sociedade. Essa política da

imanência, para esses autores, é inseparável dos processos de territorialização e desterritorialização. Estes processos vão desde a construção de territórios no pensamento (em sentido muito amplo, da psicologia à psicanálise) ao território do Estado-Nação (em sentido estrito), passando por inúmeras outras formas de territorialidade humana. A noção de território para esses autores é extremamente ampla; porém, com uma leitura crítica, sua obra é, sem dúvida, uma significativa fonte de inspiração e instrumento para a reafirmação do espaço da teoria social crítica.

2. A espacialidade do social ou dimensão espacial da sociedade no campo do pensamento crítico

Uma das condições de existência, reprodução e transformação de qualquer sociedade humana, em qualquer período histórico é a produção e organização do espaço geográfico. Tal espaço é fruto das relações sociais e de poder que instituem e constituem tal sociedade e, ao mesmo tempo, é condicionante das práticas sociais que garantem a sua reprodução e a transformação. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que determinada sociedade se institui, ela produz e organiza um espaço que permite e expressa material e subjetivamente suas próprias relações. Assim, toda sociedade produz uma determinada organização *sócio-espacial* que lhe permite existir. Tal organização pode ser chamada de espacialidade do social. Assim,

a sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica. A expressão, por certo, causa um certo estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço em que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história. Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente". (PORTO-GONÇALVES, 2001).

O ponto de partida para a análise da espacialidade do social é a ideia segundo a qual espaço e relações sociais são indissociáveis e não há exterioridade entre eles. Nesse sentido, o espaço não é simplesmente um "palco" onde as ações humanas se

desenrolam, um agente externo que é apenas um reflexo ou um produto social secundário, bem como o espaço não é também um ator autônomo, independente, capaz de determinar completamente a dinâmica social – o que configuraria um determinismo geográfico ou um fetichismo do espaço. Nem palco nem ator principal, mas sim *um produto social que ao mesmo tempo condiciona* relações sociais.

Há um sentido de imanência aí embutido, posto que as relações sociais se fazem não apenas no/sobre o espaço, mas pelo espaço e com referência ao espaço. O condicionamento exercido pela espacialidade, assim, é mais complexo do que se poderia imaginar à primeira vista. Não se trata apenas de uma ideia do tipo ‘a materialidade que aí está, uma vez sendo produzida, carrega uma inércia e condiciona as ações posteriores dos indivíduos, restringindo seu leque de ações’. As relações sociais são referenciadas pela materialidade e pelas significações inscritas nessa materialidade e a ela associadas, assim como pelas relações de poder que também têm a materialidade como ponto de referência. Espaço social e relações sociais não são a mesma coisa; contudo, espaço e relações sociais só são plenamente inteligíveis e, principalmente, só se concretizam em meio a uma ‘integração densa’ (para além do truísmo de que não há ‘atores’ sem ‘palco’, ou seja, não há relações sociais possíveis sem um espaço material). (SOUZA, 2006: 319, aspas do autor.)

Analisar o espaço geográfico significa identificar e apreender as relações sociais e de poder que instituem leis e normas, a produção de subjetividade que se inscreve no *socius* e na materialidade do espaço e, finalmente, que ordenam a produção e organização material do substrato espacial. Em outras palavras, as questões fundamentais são: quais são as relações sociais e de poder que instituem esta determinada organização sócio-espacial? Por que o espaço está organizado desta e não daquela forma? Quais as forças que atuaram, e quais os conflitos ocorreram para que fosse desse jeito? Qual o sentido dessa organização sócio-espacial?

Essas indagações podem ser trabalhadas a partir de três dimensões que fazem parte e constituem a *relação indissociável entre espaço e relações sociais*:

a) *dimensão material*, isto é, a transformação da natureza pelo trabalho humano produzindo objetos e organizando-os de acordo com a organização política, econômica e cultural de cada sociedade (SANTOS, 2002b [1978], 2002^a [1996]; QUAINI, 1979[1974]).

b) *dimensão simbólica*, ou a produção de significados, representações, discursos e formas de apropriação do espaço que passam pela subjetividade, pela estética e pelas percepções corpóreas. A espacialidade não apenas material, concreta e objetiva, mas, também, subjetiva, base dos discursos, representações e significados que dão sentido e organizam as relações sociais (RELPH, 1976; TUAN, 1983[1977]; GUATTARI e ROLNIK, 1999[1986]).

c) *dimensão do poder*, que estabelecem o conjunto de regras hegemônicas as quais organizam determinada sociedade (leis, economia, cultura, etc.) dentro de um determinado limite espacial, instituindo um território (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993[1980]; SOUZA, 2006, HAESBAERT, 2004).

A análise da espacialidade na Geografia, o seu olhar sobre as lutas, movimentos e ativismos sociais, expressam um interesse renovado pela dimensão espacial do poder, ou, simplesmente, espacialidade do poder, inclusive no nível da sua “microfísica”, e é a essa abordagem que recorreremos em nossa análise.

3. As lutas sociais: qual luta social?

Segundo Sader (1995) e Santos (1981), a expressão *luta social* faz uso de um termo, em si, muito amplo: *luta*. Luta pode remeter tanto a pequenas reivindicações paroquiais ou localizadas, com maior ou menor grau de politização e criticidade, até movimentos organizados em torno de uma causa e que também colocam questões mais profundas, como a passagem de um padrão de legitimação da ordem social vigente, para um padrão de contestação dessa mesma ordem e proposição de novos projetos.

Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. (...) Ao usar palavras feitas para nomear conflitos onde justamente se enfrentam interpretações antagônicas e se instauram novos significados, os sujeitos em luta operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que eles usam. (SADER, 1988:142)

A sociologia, a história, a filosofia, a ciência política, a psicologia social e a antropologia urbana foram as disciplinas que mais desenvolveram reflexões sobre a questão das lutas sociais, especialmente a partir das décadas de 1960 e 70. Contudo, nestes campos de análise, especialmente no campo da sociologia e da antropologia urbana, as lutas sociais costumavam estar relacionadas às lutas de classe, como podemos observar em autores como Castells (1972, 1974), Borja (1975), Lojkine (1981) – influenciados principalmente por Alain Touraine (1973) – bem como, no Brasil, em Jacobi (1980), Nunes (1985) e Gohn (2000), influenciados pelos três primeiros.

Jean Lojkine, ao mesmo tempo em que endossou o comunismo de tipo europeu – uma tentativa de adaptação do marxismo à conjuntura dos países capitalistas desenvolvidos – preocupou-se em prestigiar os movimentos sociais, contanto que eles não se descolassem do movimento operário e do Partido Revolucionário, produzindo assim uma análise de peso (SOUZA, 1988). Segundo Marcelo L. de Souza (1988), Manuel Castells, em seu livro *A Questão Urbana*, percorre uma trajetória estruturalista, coloca a questão da importância dos movimentos sociais urbanos e deixa implícita a ideia de que cabe aos partidos despertar nos movimentos sociais o seu potencial transformador. Em trabalhos posteriores sua análise passa a buscar o equilíbrio entre o Partido Comunista no governo e as massas populares (operariado).

O terceiro expoente nos estudos dos movimentos sociais, Jordi Borja – com menor repercussão que Lojkine e Castells – se volta para a investigação das relações entre estrutura urbana (e suas contradições) e conflitos urbanos, destacando-se no momento de dissecar a dimensão política dos ativismos (suas dinâmicas, seus potenciais e objetivos), sendo esta a sua principal contribuição.

Touraine (1973), pioneiro na teorização das lutas sociais contemporâneas, considerava o movimento social a expressão máxima das contradições sociais. Para esses autores, as “lutas sociais” e movimentos sociais não seriam nada mais do que “representações refratadas da luta de classes”, e suas reivindicações seriam meramente pontuais e não passariam de uma pseudojustificativa conjuntural da qual as grandes contradições do modo de produção capitalista seriam a efetiva justificativa, ou seja, a estrutura na qual

elas se reproduzem e à qual retroalimentam. Eder Sader, contudo, nos traz uma perspectiva diferente:

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais concretos à características “estruturais”, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado. (...) São, assim, reduzidos ao campo geral das “lutas de um setor da classe operária para a defesa das condições de reprodução da força de trabalho”. O único problema consiste em que desaparecem, nesse processo, as características singulares que mais chama a atenção se nos debruçarmos para examinar o fenômeno em sua originalidade. (SADER, 1988: 38, 39, *aspas do autor*)

Entendemos que as lutas e os conflitos constituem a sociedade. Dentro desta perspectiva, elas podem remeter à ideia de *luta de classes*, mas não necessariamente

“a Geografia brasileira produziu, especialmente até o final da década de 1980, uma literatura sobre movimentos sociais majoritariamente empirista, dando margem a uma farta produção de estudos de caso”

restringem-se a ela e à estrutura capitalista. As “fronteiras” dessas lutas são definidas conjunturalmente em momentos de crise, de ruptura; contudo, os conflitos (eventuais ou permanentes) não obrigatoriamente traduzem contradições de classe. Além disso, a ideia de luta de classes pressupõe uma relação direta com aquele conceito de classe ligado à produção, que remete a uma clivagem típica da análise marxista

que opõe os donos do capital (burguesia) aos que vendem sua força de trabalho (proletariado) e reproduzem o sistema (modo de produção capitalista). No entanto, essa redução pode ser problemática, visto que:

a – Nem todos os movimentos sociais remetem à questões propriamente ligadas aos sistema produtivo e/ou às contradições do modo de produção capitalista, vide os movimentos pela emancipação das mulheres, pelos direitos civis dos negros, contra o racismo, contra a violência, questões de gênero e orientação sexual, movimento ecológico etc.;

b – Os movimentos sociais possuem um caráter pluriclassista que dificulta a identificação do proletariado como “classe revolucionária por excelência” e, por fim;

c – Nem todo movimento social visa transformações da sociedade através da “tomada do poder” do Estado e do aparelhamento oferecido pelos partidos de esquerda.

Desta forma, podemos referenciar autores e obras que beberam neste tipo de enfoque teórico-metodológico como autores que privilegiaram uma abordagem marxista e (muitas vezes) estruturalista dentro das ciências sociais. Esses autores tomam os movimentos sociais como reflexo das contradições do modo de produção capitalista, além de acreditarem que os movimentos sociais deveriam encarnar práticas de transformações efetivas nas estruturas sociais que conduzissem a sociedade a uma realidade socialista, cada um a seu modo, mas sob os mesmos referenciais.

Privilegiando o viés marxista de interpretação das contradições sociais, autores como Castells (1972, 1974), Borja (1975) e Lojkine (1981), em sua visão centrada no Estado e nas formas e possibilidades de ação dos partidos, acabaram introduzindo os movimentos sociais na agenda do marxismo. Incorporação esta que não se deu sem problemas, como o fato das questões levantadas pelos próprios movimentos sociais acabarem sendo consideradas, em última análise, “secundárias” diante da “grande contradição capital-trabalho”. Assim, as lutas por moradia, saneamento, direitos civis, acesso aos bens de consumo coletivo nas cidades, contra projetos urbanísticos impostos pelo Estado etc. seriam, sob essa perspectiva, reivindicações meramente secundárias.

Na Geografia brasileira esse tipo de enfoque e linha de abordagem fez escola. Contudo, segundo Souza (1988), as ideias de autores como Lojkine, Castells e Borja sofreram, no Brasil, um enfraquecimento teórico e político, pois o pensamento de autores oriundos de países centrais é absorvido sem considerar a nossa realidade periférica. *“Tratar os nossos ativismos ‘à européia’ significa diluir-lhes a heterogeneidade essencial e radical, esvaziá-los de suas agudas contradições”* (SOUZA, 1988:151, *aspas do autor.*) Mais adiante, Souza afirma que:

Para além da pasteurização e da dicotomização, necessitamos atentar para as particularidades concretas das motivações dos ativismos terceiromundistas, filtrando as determinações mais gerais.(...) As especificidades sociais do Primeiro e do Terceiro Mundo materializam-se no espaço, com vínculo forte com o tipo e a dinâmica dos ativismos. Além de circunscrita em termos de grupo social, a pobreza tende a ser, no Primeiro Mundo, limitada em termos espaciais. (...) Já no Terceiro Mundo, com a pobreza sendo generalizada temos também a sua difusão pelo espaço urbano, através de situações as mais diferentes: periferias, favelas centralmente localizadas, áreas de obsolescência. (...) Assim, no Terceiro Mundo, sem que se desconheça uma problemática e um tipo de ativismos mais próximos dos primeiromundistas, o que ocorre é que a sua importância é em grande parte eclipsada pela gravidade e pela importância quantitativa dos problemas fundamentais que vitimam os trabalhadores pobres. (SOUZA, 1988: 152-153)

A contingência de ser ter grandes quantidades de pessoas amontoadas nas cidades por motivos relacionados à produção econômica, para Santos (1981), levou a análises que se restringiam às formas de se organizar coletivamente bens de consumo complexos, esquecendo-se ou pouco valorizando o fato de que, “tentativas de organização dos bens de consumo coletivos são, ao fim e ao cabo, tentativas de organização do espaço”. No entanto, de forma negligente com a teoria, a Geografia brasileira produziu, especialmente até o final da década de 1980, uma literatura sobre movimentos sociais majoritariamente empirista, dando margem a uma farta produção de estudos de caso, com referências aos autores citados (Castells, Lojkin e Borja), porém, de pouca consistência teórica, o que resultou, muitas vezes, em exames negligentes até mesmo com a dimensão econômica. Isso pode ser observado em trabalhos acerca de movimentos reivindicatórios de bens de consumo coletivo, questões de moradia, segregação sócio-espacial urbana, transportes e infraestrutura urbana e movimento operário que, em grande parte, resumiam-se a abordagens práticas das contradições estruturais capitalistas no campo e na cidade, como nos alertou Souza (1988, 2006, 2008). Nestes tipos de análise há pouco espaço para o protagonismo dos próprios sujeitos e o que impulsiona os movimentos não está efetivamente dentro deles, mas se define pela própria dinâmica das relações de produção como vemos em trabalhos de Bernardes (1983), Mizubuti (1986), Silva (1986), Oliveira (1996, 2005) e Fernandes (1996, 2008).

Se aqueles autores pioneiros (frutos do contexto europeu) preocupavam-se em produzir ensaios de considerável peso teórico, seu aproveitamento no Brasil produziu, grosso modo, uma grande quantidade de estudos de caso nos quais se focaliza uma situação específica (associações, lutas comunitárias etc.) como fruto de determinada conjuntura (SOUZA, 1988). Neles, as ambições teóricas mais amplas e a articulação entre conjuntura e estrutura são negligenciadas ou esquecidas.

Note-se, contudo, que, Oliveira (1996, 2005) e Fernandes (1996, 2008), contribuíram substancialmente para um crescimento na produção de trabalhos referentes aos movimentos sociais agrários, trazendo questões como a reforma agrária e a luta pela terra no Brasil, mas ainda fortemente marcados pela análise das contradições do modo de produção capitalista e suas consequências materializadas no conflito de classes e no acesso desigual aos meios de produção, neste caso, a terra. Estes estudos e a própria produção bibliográfica sobre movimentos sociais agrários que marcaram a década de 1990 conseguiram alcançar maior visibilidade e projeção para os movimentos sociais do campo, visto que, a despeito do viés estruturalista e marxista, esses trabalhos eram qualitativamente superiores em termos teóricos e metodológicos do que aqueles produzidos sobre os movimentos sociais urbanos na mesma época, que permaneceram muito frágeis teoricamente e esvaziados politicamente.

No entanto, nem todas as abordagens dos movimentos sociais e suas práticas privilegiaram o marxismo hegemônico como forma de análise, nem as contradições estruturais do capitalismo como matriz de fundamentação das lutas. Alguns autores (filósofos, sociólogos, historiadores e, um pouco mais tarde, também os geógrafos), procuraram estabelecer análises que previssem uma emancipação frente à hegemonia do pensamento marxista neste campo de estudo.

Esses autores procuraram um afastamento dos referenciais estruturalistas do reducionismo economicista e, muitas vezes, do próprio marxismo, privilegiando questões como a subjetividade, as identidades sociais e coletivas, questões culturais, cidadania e cotidianos, entre outras. A partir de uma crítica ao monopólio do Estado e dos partidos sobre as práticas dos movimentos sociais, esses autores ergueram a possibilidade de estimular a potencialidade transformadora dos próprios movimentos

sociais, valorizando a autonomia e a capacidade de autogestão dos mesmos. Essa foi a abordagem considerada mais crítica dentro do panorama das ciências sociais e da Filosofia no final do século XX, por propor uma relação entre a estrutura e as *conjunturas* de forma que fossem produzidos discursos, análises, ideias, propostas e, principalmente, projetos futuros. A ideia era garantir a visibilidade não só dos processos, mas dos sujeitos, como propuseram Arendt (2003[1958]), Foucault (1998[1979]), Guattari e Rolnik (1999[1986]), Castoriadis (1982, 1992) e, no Brasil, Ribeiro (1980, 2008), Sader (1995[1988]) e Santos (1981).

Diferentemente dos demais, esses autores não “jogam a estrutura fora”, e nem tomam a conjuntura como um dado singular e, por isso, definitiva na conformação dos movimentos sociais (SANTOS, 1981). Eles conseguem estabelecer uma relação entre estrutura e *conjunturas* que não são monolíticas, mas são, ao contrário plurais, multifacetadas e, por isso, contém múltiplos significados que podem ser dados ou construídos. Logo, nem a estrutura determina as contradições e conseqüentemente as lutas, nem a “conjuntura” condiciona inexoravelmente o que se pode e deve fazer, mas ambos teriam as condições de justificar, orientar, conduzir crises e determinar seus cenários, produzindo discursos, mas também ação e protagonismo dos sujeitos.

Ao se debruçar sobre o tema, Sader (1988), por exemplo, propõe a análise dos movimentos sociais a partir das novas modalidades de elaboração da vida e expressão social por eles trazidas à cena política. Movimentos vistos a partir de formações diversas, heterogêneas, singulares, mas que trazem em comum a afirmação de sua identidade a partir da luta contra as desigualdades, através da solidariedade, dos valores de justiça e dignidade. Eder Sader procura, através de um olhar libertário, elaborar uma análise mais heterodoxa sobre os movimentos sociais. Isto é, não restrita ao tradicional conflito de classes e às contradições do capitalismo, mas aberta a outros tipos de representação das condições de classe e tratando a *luta* como *conquista* de direitos. Com essa forma de olhar para os movimentos sociais, Sader vai elucidar a profunda desconfiança que muitas vezes surge nestes movimentos com relação às instituições e às formas instituídas de prática política. Ao estabelecer este “filtro” entre as ações dos movimentos sociais e as práticas políticas em sentido estrito, como as dos

partidos de esquerda, dos sindicatos, e outras, o autor amplia e renova a noção de política, pois estes movimentos politizam com suas práticas múltiplas esferas do cotidiano e fazem política a partir da ação direta, constituindo um espaço público realmente significativo. Para além do sistema de representação política e do Estado como instrumento privilegiado de mudança, apontam um sentido para a transformação social.

O grande avanço nas análises produzidas pelos autores mencionados incorporando a composição heterogênea e (possivelmente) politicamente autônoma dos movimentos sociais continuou deficiente quanto à importância da espacialidade desses e para esses movimentos, a qual permaneceu amplamente negligenciada durante muito tempo.

Alguns autores da Geografia brasileira, a partir de um viés de análise politicamente mais crítico, têm rompido com o caráter estruturalista e empirista, produzindo reflexões teóricas mais consistentes e preocupadas com um pensamento mais libertário em detrimento do marxismo ortodoxo, sem negligenciar a espacialidade em suas análises. Exemplos desses autores são Souza (1988, 2006, 2008) – com seus trabalhos sobre o ativismo de bairro, no final da década de 1980, e os subsequentes, sobre Geografia e planejamento urbano, movimentos sociais urbanos – e Porto-Gonçalves (1998, 2001) – com trabalhos sobre a territorialidade seringueira na Amazônia, contribuições para a Geografia agrária, movimento ecológico e Geografia dos movimentos sociais na América Latina.

O diferencial desses trabalhos está justamente no fato de romperem com um tipo de reflexão que tem sido hegemônica no campo da Geografia crítica desde a década de 1970 e trazerem reflexões que incorporam a própria ação social espacializada, contribuindo no que diz respeito à visibilidade e ao ganho de autonomia dos próprios movimentos enquanto protagonistas de sua ação.

4. A espacialidade dos movimentos sociais: incorporando a dimensão espacial ao estudo dos movimentos e ativismos sociais

Como afirmou o filósofo e historiador Michel Foucault na entrevista para a revista *Hérodote*, publicada no livro *Microfísica do poder*, para entender e explicar as lutas sociais é preciso ir além das “contradições do capitalismo”. Para ele o termo “luta” só é operatório se junto com ele for estabelecido “quem está em luta, a respeito de quê, como se desenrola a luta, em que lugar, com quais *instrumentos* e segundo que *racionalidade*” (FOUCAULT, 1998[1979]:226 e 227). Sem esses atributos qualificadores deste tipo de ação, deste tipo de prática social, a “velha lógica da contradição” não se faz suficiente para elucidar os processos reais.

Ainda que o espaço não fosse o foco da reflexão de Foucault e ele estivesse longe de pretender produzir qualquer teorização a esse respeito, o autor coloca categoricamente que “a história dos espaços é a história dos poderes” (FOUCAULT, 1998[1979]: 212), para entender os mecanismos do poder é preciso “ir além do espaço como continente, fixação, buscá-lo como forma econômico-política”. E este é o elemento que deve diferenciar a nossa análise, enquanto geógrafos principalmente, de outros tipos de abordagem do campo social.

Retomando a ideia proposta na primeira parte, de que o espaço é um produto social complexo, um produto que influencia/referencia/condiciona as práticas daqueles que o produzem, trata-se agora de buscar compreender como e com que intensidade a dimensão espacial é imanente à dinâmica dos ativismos e movimentos sociais. Em outras palavras, se o espaço não é meramente um “palco”, em que medida o fato de não levá-lo em conta adequadamente empobrece e dificulta a compreensão da dinâmica e das práticas desses movimentos (SOUZA, 2008: 368).

A análise da espacialidade do social nos permite trabalhar com uma ampla variedade de temáticas dentre as quais um campo relativamente marginal na Geografia: *a análise dos movimentos sociais*. A abordagem geográfica dos movimentos sociais pode estar referenciada nas identidades espaciais, no referencial organizacional de cada movimento, sua localização, na materialização da ação e manifestação na paisagem,

nas suas escalas de atuação, bem como na possibilidade da sua representação cartográfica.

Souza (2006, 2008) propõe alguns pontos a serem considerados no sentido de incorporar de forma prática e adequada a dimensão espacial nos estudos sobre ativismos e movimentos sociais, o que não só representaria um ganho, um enriquecimento para a teoria acerca deste objeto de estudo, como também se faz fundamental para a contribuição e a leitura da Geografia sobre esse tipo de tema. Os elementos a serem considerados seriam:

a) A abordagem do espaço enquanto espaço vivido, dotado de uma carga simbólica e de identidades que são, muitas vezes, identidades espaciais. Ou seja, o espaço de referência identitária (HAESBAERT, 1997), a identidade e a subjetividade coletiva produzida com uma referência explicitamente espacial que funda e constitui o próprio ativismo. O espaço enquanto lugar, ou seja, vivido, percebido e apropriado simbólica e afetivamente (SOUZA, 2008);

b) A maneira como o espaço é codificado e instrumentalizado de modo a servir como um referencial organizacional. As estratégias espaciais, as formas como o espaço é utilizado tática e estrategicamente pelos ativismos durante suas lutas conformando territórios, redes, lugares etc. (SOUZA, 2008);

d) A maneira como o substrato espacial, o espaço em sua materialidade, e seus problemas sintetizam ou referenciam as demandas ou questões, bem como a agenda de cada ativismo (infraestrutura, déficit habitacional, acesso a equipamentos de consumo coletivo, degradação ambiental, especulação imobiliária, concentração fundiária etc.) (SOUZA, 2008);

e) Qual a expressão espacial do fenômeno, considerando a sua localização, sua materialização no espaço e sua manifestação na paisagem. As transformações espaciais realizadas pelos ativismos a partir das relações sociais e de poder produzidas

de forma imanente, já que suas relações sociais e de poder engendram novas espacialidades. Em outras palavras, que nova organização sócio-espacial é instituída pelo ativismo em questão: um prédio ocupado, um bairro mobilizado, a ocupação de terras, o bloqueio de ruas e estradas, uma marcha, uma passeata, uma greve com ocupação de instalações etc. (SOUZA, 2006);

f) Quais as escalas de abordagem possíveis dos referentes processos e fenômenos. Pode ser uma escala “nanoterritorial” (SOUZA, 2006: 317-318), onde os territórios conformados são extremamente pequenos e situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal (aquela dos bairros ou setores geográficos). Pode também ser a escala da moradia, do local de trabalho (fábrica, loja, escritório, trecho de uma rua, “ponto”), do local de lazer ou distração (uma praça, o trecho da praia). Podem ser escalas locais, regionais, nacionais, continentais, transcontinentais ou global. Pode ser ainda, um fenômeno multiescalar, de força e potencialidade variável;

g) O fenômeno – neste caso, movimentos e ativismos – podem ser representados cartograficamente? Se possível, *como*? A possibilidade de se representar cartograficamente a abrangência, o campo de atuação, o uso tático e estratégico do território pelos grupos sociais, no caso, ativismos e movimentos (SOUZA, 2006) é sempre necessária e extremamente importante, tanto pedagogicamente, no sentido de “educar o olhar” para o olhar geográfico, mas também didaticamente, no sentido de ser o mais claro, o mais visível e o mais compreensível possível para que aquele que não detenha o conhecimento sobre o assunto veja e entenda.

Para Souza (2006, 2008), o ponto de partida para a análise da espacialidade dos movimentos sociais é estabelecer a distinção entre ação coletiva, ativismos e movimentos sociais propriamente ditos, que vem sendo elaborada por este autor desde meados da década de 1980. Essa distinção é, aparentemente, mais fácil de ser realizada teórica do que empiricamente, isto é, embora conceitualmente útil, não possui uma operacionalização tão trivial, uma vez que as fronteiras que separam

movimentos sociais e ativismos são amiúde fluidas, cambiantes e ainda, no dizer de Sader (1995[1988]), os movimentos (lutas) passam por diversos estados de organização e criticidade (sendo o estado de luta propriamente dito o seu clímax, mas este não é seu estado permanente). Neste sentido, e em outros, Sader e Souza concordam: não é toda ação coletiva que pode ser considerada um movimento social. Marcelo Lopes de Souza, segundo suas próprias palavras (SOUZA, 2008), inscreve-se numa tradição de autores que remete a Touraine (1973) e Castells (1972, 1974), os quais consideram os movimentos sociais como um tipo particularmente crítico de ação coletiva, diferente de outros autores que têm utilizado a expressão de maneira indiscriminada, fazendo-a englobar todo e qualquer tipo de ação e mobilização social. Para o primeiro, um saque, um quebra-quebra, o fechamento temporário de uma rua suscitado por reivindicação espontânea, localista, não refletida, que não faça parte de um conjunto articulado de ações e discursos, que não faça parte de um projeto político, que não comporte dentro de si um componente crítico elaborado, mas que “apenas” verbalize ou viabilize uma revolta, uma manifestação pública de descontentamento, frustração ou necessidade, não são considerados ativismos ou movimentos sociais. São, tão somente, identificados como ações coletivas. Isto é, manifestações concretas de determinada conflitividade que podem conter o germe de um futuro movimento social, mas que, isoladamente, não o definem.

Os ativismos sociais, ou simplesmente ativismos, são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas e relativamente duradouras, das quais os movimentos sociais seriam um subconjunto (SOUZA, 2006: 280-283). Para este autor, o ativismo social, que é um tipo de luta social, corresponde a uma ideia abrangente que compreende uma prática ou um conjunto de práticas sociais lidas em termos das suas conexões políticas com a sociedade envolvente, sendo necessário uma especificação ou um recorte prático quando se deseja referir aos ativismos urbanos dentre os ativismos em geral. Para ele, muitos dos ativismos que, por sua visibilidade e por sua

“A abordagem geográfica dos movimentos sociais pode estar referenciada nas identidades espaciais”

importância, marcaram poderosamente a contemporaneidade, tiveram e têm no urbano a sua incubadora histórica, ainda que coloquem questões de alcance universal. No interior dos ativismos urbanos em geral Souza (2006) destaca, sob parâmetros flexíveis, aqueles que por sua contundência contestatória merecem a designação de movimentos. Seriam esses os ativismos que, pela natureza de suas reivindicações e das suas experiências e do sofrimento dos seus protagonistas, encarnam uma afronta ao “*status quo*”, mesmo que tais experiências e sofrimentos não estejam explicitados em um programa de ação, ou apesar das contradições político-ideológicas que possam existir dentro do próprio movimento (SOUZA, 1988).

Assim, os movimentos sociais são um tipo especial de ativismo, em uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa. Representam uma contestação da ordem sócio-espacial hegemônica e seus objetivos visam transformações mais ou menos profundas na sociedade instituída, o que implica um amplo horizonte de luta política (econômica e cultural). Suas reivindicações não são pontuais ou paroquiais, visto que buscam articular várias escalas de ação (nanoterritorial, local, regional, nacional, internacional), o que faz com que sua agenda de luta seja bem mais ampla (SOUZA, 2006: 284-290). Os movimentos sociais, assim como os ativismos, podem ser classificados como “fortes/em sentido estrito” ou “fracos/em sentido amplo” (SOUZA, 2006: 281):

a) Os movimentos sociais urbanos em sentido fraco ou *lato sensu* colocam questionamentos consistentes quanto à ordem social hegemônica, contudo, suas reivindicações e seus questionamentos não giram diretamente em torno da ordem espacial vigente. Seria um exemplo o movimento de resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos.

b) Os movimentos sociais urbanos em sentido forte ou *stricto sensu*, assim como os ativismos em sentido forte, possuem uma forte ligação com o espaço e incluem em sua agenda de luta diferentes questões que não apenas aquelas diretamente vinculadas às suas reivindicações imediatas, mas uma politização e problematização mais amplas que buscam uma maior humanização do espaço urbano e o

desenvolvimento de outros tipos de vínculos entre sociedade e espaço. Um exemplo desse tipo de movimento seria o “*squatting movement*” de Amsterdã, que tem politizado amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e têm lutado para desenvolver novos tipos de vínculos entre os moradores e seus espaços residenciais.

Outro exemplo, ainda engatinhando no Brasil, mas com um potencial que não deve ser subestimado, é o movimento dos sem-teto. Este movimento é fundado oficialmente em 1997 dentro de um contexto estrutural capitalista e, por isso, heterônomo, que o explica e justifica. Contudo, são as condições conjunturais engendradas pelo quadro de reestruturação do modelo econômico e suas implicações sobre o mercado de trabalho urbano e organização social que vão fazer emergir sua legitimidade, permanência e eficácia. “Várias organizações impulsionam esse movimento, sua radicalidade varia, assim como sua expressão numérica e seu alcance” (SOUZA, 2006: 288), contudo suas reivindicações longe de ser meramente paroquiais, avançam para questionamentos no que se refere à regularização fundiária urbana, direito à moradia e enfrentamento da propriedade imobiliária ociosa e especulação. Afrontam a instituição mesma da propriedade privada e, preocupados com a consistência e durabilidade daquilo que está para além da satisfação da necessidade de moradia, buscam a constituição de circuitos econômico-solidários alternativos em seu espírito.

Movimentos como o dos sem-teto vêm tentando ultrapassar as adversidades de um espaço profundamente hostil e excludente criado pelo modelo de produção atual. Sem as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por estes atores muito provavelmente estas cidades com tamanho grau de pobreza, miséria e injustiça social, viveriam uma situação de violência e esfacelamento do tecido social muito maior do que aquela noticiada diariamente nas manchetes dos jornais.

Por isso, partimos da ideia de que as estratégias sócio-espaciais do Estado (des)regulamentado pelo mercado e do grande capital corporativo no espaço urbano – como as indústrias, comércio, incorporadoras de imóveis e empreendimentos imobiliários – têm encontrado resistência nas estratégias de sobrevivência dos

trabalhadores urbanos sem-teto, e esses últimos talvez nos tragam importantes mudanças, inclusive de olhar analítico, que pode ser uma das principais contribuições da Geografia para esse tipo de estudo. Isto porque o espaço é uma categoria totalizadora, onde os protagonistas sociais vivenciam as múltiplas relações sociais (que têm sido durante muito tempo fragmentadas em instâncias, esferas ou dimensões da vida social). Dessa forma, não é apenas a economia *ou* a política *ou* a cultura que está em jogo, mas a economia *e* a cultura *e* a política, enfim, o espaço/território.

Faz-se mister salientar o quanto e como estes atores vistos sempre como aqueles “de baixo” têm vivenciado as desigualdades, as injustiças e explorações nos espaços urbanos das metrópoles do Brasil e de outras partes do mundo. E, ainda, entender até que ponto os movimentos sociais urbanos despertados por tais questões, como o já mencionado movimento dos sem-teto no Brasil ou como os *piqueteros*, na Argentina, colocam em questão a produção e organização do espaço urbano a partir do ponto de vista daqueles que sofrem com maior intensidade os efeitos e as “externalidades” das “contradições capitalistas”. Pois é justamente dentro desta temática (do emprego, da segregação sócio-espacial urbana, infraestrutura e habitação) e, neste sentido, das questões vinculadas ao espaço social e ao *direito à cidade*, que se encontra o movimento dos sem-teto no Brasil. Ele surge em função das já mencionadas reivindicações, mas não se resignam a elas, afrontam a instituição da propriedade privada capitalista e rejeitam a integração à lógica do mercado.

Através das práticas do movimento dos sem-teto, podemos mensurar, por exemplo, os impactos das transformações no mundo do trabalho geradas pelas novas propostas do capitalismo e avaliar até que ponto o Estado tem contribuído no que se refere à formulação e implementação de políticas públicas de habitação, infraestrutura urbana e geração de emprego. Esse artigo é uma pequena contribuição para a produção de um conhecimento crítico a partir de outro lugar (rigorosamente falando).

Se a sociedade civil é um importantíssimo agente na modelação do espaço urbano, logo, os trabalhadores urbanos, aqueles mais precariamente submetidos à lógica capitalista de reprodução social e os questionamentos e resistências por eles engendrados, materializados nos movimentos sociais urbanos aqui mencionados serão

também fatores determinantes na produção do “novo” espaço urbano. Ou seja, um espaço marcado pela pobreza, pela indignação e pelo descaso, porém, ainda capaz de abrigar ocupações econômicas e estratégias de sobrevivência que são características de modos de vida, e conseqüentemente, de práticas sociais insurgentes.

Souza, para elucidar o potencial de (auto)transformação e ação social de um ativismo e um movimento social, brinda-nos com um exemplo lapidar:

[U]m ativismo de bairro passará a ser um movimento de bairro quando ampliar seus horizontes de protesto para além dos limites do bairro e de suas restritas preocupações, articular-se com outros ativismos e, ao mesmo tempo, manter o bairro e o urbano como referenciais políticos e afetivos fundamentais na luta por uma vida mais digna, ou por uma outra sociedade. Ou seja, quando transcender (sem desprezar) os limites do bairro, percebendo as comunidades de interesses que costuram bases sociais de diferentes bairros irmanadas pela segregação social materializada no espaço. Nestas circunstâncias, não estaremos diante de uma simples luta de bairro, mas de uma luta a partir do bairro, ou, mesmo, de uma luta a partir também do bairro. (SOUZA, 1988: 116, 117)

Para Porto-Gonçalves (1998, 2001) a expressão *movimento social* possui, além de um potencial transformador e de subversão da ordem instituída bastante forte, um sentido geográfico muito preciso: ela já garante, para nossa “compreensão geográfica” das identidades coletivas, o que o autor vai chamar de geograficidade dos movimentos sociais.

Processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa dada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais que já dispõe tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência. (PORTO-GONÇALVES, 1998: 69)

(...) Assim, o movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado em uma determinada ordem de significações. Deste modo, o movimento social é portador de uma nova ordem em potencial, não sendo destituído de sentido o fato daqueles que estão em posição hegemônica numa determinada ordem, estigmatizarem como desordeiro todo aquele que questiona essa (sua) ordem. Aqui, sem dúvida, Geografia e Sociologia se tornam imbricadas. (PORTO-GONÇALVES, 1998: 366, 367)

5. Conclusão

A espacialidade dos movimentos sociais pode aparecer de forma mais explícita ou implícita, dependendo dos protagonistas envolvidos, da natureza das suas reivindicações, dos tipos de ações e manifestações que serão acionadas para alcançar seus objetivos. Pode ser analisada a partir de diferentes métodos e enfoques teóricos e políticos, contudo não pode ser negligenciada.

Neste sentido, podemos dizer que a espacialidade do movimento dos sem-terra, dos sem-teto ou dos movimentos indígenas é explícita, bem como muitos movimentos ecológicos têm forte referência espacial, o que já não ocorre com movimentos feministas, com aqueles ligados à orientação sexual, questões de gênero, antiglobalização e outros.

Para Ribeiro (2008), por exemplo, a articulação entre lutas sociais (hoje mais necessária do que nunca frente às transformações na economia) demanda, além do desvendamento da nova dinâmica da acumulação, o reconhecimento da singularidade das orientações culturais e das territorialidades criadas ou recriadas pelas resistências sociais.

A análise dos movimentos sociais exige o exame dos determinantes estruturais da ação, sob pena de uma imperdoável omissão das concretas condições enfrentadas por sujeitos coletivos. Porém, as práticas sociais, como defende Bourdieu (1994), só podem ser apreendidas por uma abordagem que reconheça a força estruturante da ação. Nas ciências sociais, a reflexão crítica do espaço e da ação social cria a oportunidade de superação tanto do estruturalismo quanto do subjetivismo voluntarista (RIBEIRO, 2008:362)

Ainda nas palavras desta autora,

o espaço não se descola da ação, o que significa dizer que o estudo da ação exige a consideração das circunstâncias do sujeito. A ação de resistência e a ação transformadora não surgem do espaço alisado dos dominantes, mas em meio às rugosidades do espaço herdado. (RIBEIRO, 2008: 363, mencionando SANTOS, 1996)

É desta maneira que buscamos entender, junto com o movimento dos sem-teto e sua crítica social básica – a crítica a uma urbanização baseada na segregação e na

especulação imobiliária e defesa da propriedade privada, que gera uma abundância de unidades prediais urbanas desabitadas margeadas pela falta de moradias adequadas para milhões de brasileiros – como estes cidadãos, esses trabalhadores se insurgem e, no seu cotidiano de resistência e sobrevivência, lutam para se sustentar e persistir na existência. Mesmo aparentemente “de fora” da engrenagem econômica e política atual, à margem do circuito econômico *formal* e dentro de um intenso processo de degradação social e violência contra o ser humano, como produto e também parte do processo que garantiu e tem garantido a reprodução do modelo heterônomo, segregador e dominante vigente.

Quando os sem-teto refletem sobre a situação da classe trabalhadora nas grandes metrópoles brasileira, decidem se colocar em movimento na contramão do projeto capitalístico de sociedade e, quando muito, assistencialista da democracia representativa em que vivemos e passam a agir de forma direta, colocando em prática projetos de ocupação e transformação de terrenos, edifícios e regiões da cidade, não estão fazendo nada mais do que “inaugurar um outro tipo de sociedade, com outro tipo de indivíduos”, que refletem, questionam(-se), decidem e põe em prática, contribuindo para a afirmação de outras espacialidades, de outros espaços de poder, com ganhos de autonomia em sociedades profundamente heterônomas.

6. Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2003 [1958].

BERNARDES, Júlia Adão. *Espaço e movimentos reivindicatórios o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro Edição da Autora, 1983.

BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos* (Coletânea, 1973-74). Buenos Aires: SIAP, 1975.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 [1972].

_____. *Movimientos sociales urbanos*. 1974.

CASTORIADIS, Cornelius. “Poder, Política, Autonomia”. In *As encruzilhadas do Labirinto III*. O mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra: 1992.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989 [1978].

CORRÊA, Roberto L. “Espaço: Um conceito-chave da Geografia”. In CASTRO, I., GOMES, P.C. e CORRÊA, R.L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2000.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “Movimentos socioterritoriais do campo brasileiro: Contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses”. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998 [1979].

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Sueli. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1986].

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

_____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1999 [1989].

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais urbanos no Brasil*. BIB, no. 9, pp. 22-30, 1980.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papyrus, 1997 [1985].

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008 [1972].

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda P. Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 (org. inglês 2005).

MIZUBUTI, Satie. *O movimento associativo de bairro em Niterói*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

NUNES, Edison. "Inventário dos quebre-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e no Rio de Janeiro (1977-1981)". In. MOISÉS, José A. et al. *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Cedec, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. "‘Quem sabe faz a hora, não espera acontecer’: o MST como movimento sócio-territorial moderno". *Revista da USP*, v. 64, São Paulo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Nos varadouros do mundo: Da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*. Tese. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1998.

_____. *Geo-grafías. Movimientos sociales y su sustentabilidad*. México: Siglo XXI Editores, 2001.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1979 [1974].

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. Londres: Pion, 1976.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais urbanos – Algumas reflexões. *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro: AGB, 1980.

_____. "Um diálogo interdisciplinar: Espaço e movimentos sociais". In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

SACK, Robert D. *Human Territoriality- Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. [orig. 1988]

SANTOS, Carlos Nelson F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 2002b [1978].

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002a [1996].

SILVA, José Borzacchiello. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: Uma abordagem geográfica*. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 [1989].

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. Dissertação. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1988.

_____. *A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. "Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira". In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

TOURAINE, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973.

_____. *El regreso del actor. Los movimientos sociales: ¿Objeto particular, o problema central del analisis sociologico?*

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar. A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983 [1977].